



Brasília-DF, 17 de julho de 2026



Novo tarifaço dos Estados Unidos ameaça empregos, a indústria nacional e a soberania brasileira



As Centrais Sindicais e a IndustriALL Brasil repudiam a nova rodada de tarifas anunciada pelos Estados Unidos contra produtos brasileiros. O ataque ameaça empregos, investimentos e o desenvolvimento industrial, com impactos em todos os setores da economia nacional, atingindo diretamente milhares de

trabalhadores e trabalhadoras. Medidas unilaterais dessa natureza desorganizam cadeias produtivas, reduzem a competitividade da economia brasileira e colocam em risco empregos de qualidade.

O argumento econômico não se sustenta. Em 2025, o Brasil registrou déficit comercial de US\$ 7,53 bilhões na relação com os Estados Unidos. Ou seja, os norte americanos exportam mais para o Brasil do que importam do nosso país. Não há desequilíbrio comercial que justifique essa medida.

Também nos preocupa que a investigação norte-americana tenha passado a questionar instrumentos e políticas públicas brasileiras, como o PIX. O Brasil tem o direito de desenvolver soluções próprias e inovadoras para seu sistema financeiro. Atacar o PIX é atacar a soberania nacional.

Para as Centrais Sindicais e a IndustriALL Brasil, a política tarifária adotada pelo governo Trump vem sendo utilizada como instrumento de pressão política e econômica para ampliar os interesses estratégicos dos Estados Unidos em diferentes regiões do mundo. O Brasil, detentor de minerais críticos, grandes reservas energéticas e uma indústria estratégica, não pode ser alvo desse tipo de chantagem comercial. Além disso, as referências à política interna brasileira durante o anúncio das medidas reforçam que a decisão ultrapassa a esfera comercial e assume caráter político.

Por isso, defendemos que o governo brasileiro mantenha o diálogo e as negociações, sem renunciar aos interesses nacionais, da autonomia de suas instituições e da soberania do país e, ao mesmo tempo, atue para continuar a abrir novos mercados para nossos produtos.

Continuaremos mobilizados na defesa da soberania nacional, da democracia, da indústria brasileira, do livre e justo comércio internacional, dos empregos de qualidade e de um projeto de desenvolvimento que fortaleça a produção, gere renda de qualidade e valorize o trabalho.

São Paulo, 16 de julho de 2026.

Sérgio Nobre, presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores)

Miguel Torres, presidente da Força Sindical

Ricardo Patah, presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores)

Adilson Araújo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)

Sônia Maria Zerino da Silva, presidente da NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores)

Antônio Neto, presidente da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros)

Brasília-DF, 17 de julho de 2026

Nilza Pereira Almeida, secretária-geral da Intersindical Central da Classe Trabalhadora
José Gozze, presidente da Pública Central do Servidor
Aroaldo Oliveira da Silva, presidente da IndustriALL Brasil

Fonte: NCST

NCST-MG reúne lideranças no 3º Ciclo de Palestras



A Nova Central Sindical de Trabalhadores de Minas Gerais (NCST-MG) deu início, nesta quarta-feira (15), ao 3º Ciclo de Palestras, reunindo dirigentes sindicais, representantes de instituições e autoridades para debater temas relacionados ao fortalecimento da organização sindical e aos desafios enfrentados pela classe trabalhadora.

A mesa de abertura foi composta pelo presidente da NCST-MG, Wanderson Epifânio; pela presidente do Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora, Lucileia da Silva; pelo presidente do Sindicato do Comércio de Juiz de Fora, Silas Batista; pelo ex-prefeito de Mariana, Duarte; pela presidente do Sindicato do Ministério Público de Minas Gerais, Fanny Melo; pelo secretário-geral da NCST Nacional, Eduardo Maia; pelo gerente regional do Trabalho, Dr. Sérgio; e pela representante do Fórum Sindical e Popular de Saúde e Segurança dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Minas Gerais, Marta Freitas.

A abertura dos debates foi marcada por um forte sentimento de unidade entre as entidades sindicais, reafirmando a importância da organização, da conscientização e da mobilização coletiva na defesa dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras diante do atual cenário político e dos desafios do mundo do trabalho.

Durante a abertura, o presidente da NCST-MG, Wanderson Epifânio, destacou a importância do encontro e o crescimento da atuação da entidade no estado.



"A cada dia tenho a certeza de que estamos no caminho certo. Conseguimos reunir mais de 80 participantes e construir um espaço de diálogo, união e fortalecimento do movimento sindical. Agradeço a todos os colaboradores e, em especial, à Federação FRETOMINAS, na pessoa de seu presidente, Erivaldo, pelo apoio e parceria na realização deste importante encontro." *Informações da NCST-MG*

Fonte: NCST

Corrida contra o tempo para o fim da escala 6x1



Neuriberg Dias*

A proposta de redução da jornada de trabalho aguarda despacho no Senado Federal para iniciar sua tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, posteriormente, seguir para votação no plenário da Casa. Embora seja apoiada por maioria da população e no próprio Parlamento, o principal desafio

Brasília-DF, 17 de julho de 2026

agora é contra o tempo que definirá os rumos da Proposta de Emenda à Constituição.

No institucional, o ritmo da tramitação dependerá, em grande medida, da relação entre o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e o governo federal, especialmente com o presidente Lula. Com o poder nas mãos, caberá ao presidente da Casa despachar a proposta para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), atualmente presidida pelo senador Otto Alencar (PSD-BA), favorável à aprovação da matéria, e, posteriormente, designar o relator em plenário para votação em 1º e 2º turno.

Para que a proposta seja aprovada, serão necessários 49 votos favoráveis. Nesse momento o tempo é um elemento estratégico no processo legislativo e decisório. Embora haja expectativa de que a matéria reúna condições para avançar, a demora no despacho foi interpretada como um gesto ao setor empresarial e à oposição, que defendem e apresentaram uma proposta alternativa, e buscam ampliar sua articulação junto aos senadores.

No político o calendário eleitoral tornou-se um elemento dessa equação. Em 2026, além da eleição presidencial, 54 das 81 cadeiras do Senado estarão em disputa, o que poderá alterar significativamente a correlação de forças na Casa. A expectativa é de uma composição mais alinhada à agenda liberal e às pautas do mercado, e com maior presença da oposição em relação à atual legislatura, cenário que tende a dificultar a manutenção do texto aprovado pela Câmara e ampliar as pressões por mudanças. Por essa razão, o governo Lula tem interesse em acelerar a tramitação da proposta ainda nesta legislatura, quando o ambiente institucional, político e social é considerado mais favorável.

E no sindical, o movimento e as entidades representativas dos trabalhadores terão papel decisivo em manter a mobilização junto na sociedade e na pressão sobre os parlamentares para manter a proposta na pauta legislativa. Além de defenderem a votação da redução da jornada ainda neste ano, será necessário transformar essa agenda em um dos principais critérios de apoio eleitoral, priorizando candidatos à reeleição e novos postulantes que assumam compromisso público com a aprovação da medida do fim da escala 6x1 e redução da jornada para 40 horas semanais.

Ao movimento sindical, o maior desafio é vencer a corrida contra o tempo. Hoje, a correlação de forças reúne apoio suficiente para a aprovação da proposta, mas esbarra nos interesses políticos do atual presidente do Senado, que pretende disputar a reeleição ao cargo. Sua avaliação é influenciada pelas

pesquisas eleitorais e pelas projeções sobre a composição do próximo Senado.

Dessa forma, a votação neste ano ainda vai depender do resultado das eleições presidenciais e, num pior cenário, deixando para uma nova legislatura, a renovação do Congresso, em particular, do Senado, e a eleição das novas mesas diretoras das Casas e presidentes de comissões, colocariam em risco a proposta aprovada pela Câmara que aguarda votação.

**Jornalista, Analista Político e Diretor de Documentação do DIAP*

Fonte: Diap

Centrais sindicais ampliam mobilização pelo fim da escala 6x1

Centrais sindicais definem novas ações para ampliar apoio no Senado à PEC que reduz a jornada de trabalho e encerra a escala 6x1



Centrais ampliam mobilização pelo fim da escala 6x1 e a redução da jornada de trabalho sem cortes salariais.

Representantes das centrais sindicais Força Sindical, CUT, UGT, Nova Central, CSB, CTB, Pública e Intersindical participaram de reunião híbrida na sede da UGT para fortalecer a campanha nacional. Durante o encontro, as lideranças debateram os próximos encaminhamentos da mobilização pelo fim da escala 6x1 e pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial.

Além disso, os dirigentes alinharam estratégias conjuntas para ampliar a mobilização social e reforçar o diálogo entre sindicatos, parlamentares e diferentes setores da sociedade brasileira.

As centrais também definiram ações de articulação institucional voltadas ao Senado Federal, buscando ampliar o apoio político à Proposta de Emenda à Constituição sobre o tema.

Brasília-DF, 17 de julho de 2026

Os participantes reafirmaram o compromisso de intensificar a pressão junto aos senadores, defendendo uma jornada mais justa, melhores condições de trabalho e qualidade de vida.

Fonte: Rádio Peão Brasil

Tarifa dos EUA poupa café, carne e suco de laranja; veja itens taxados

Medida de 25% anunciada pelo governo Trump preserva parte das principais exportações brasileiras, mas alcança milhares de outros itens vendidos ao mercado americano.



Estados Unidos dependem parcialmente das importações brasileiras. Arte Congresso em Foco

A tarifa adicional de 25% anunciada nesta quarta-feira (15) pelo governo dos Estados Unidos contra produtos brasileiros não atingirá todas as exportações do país. Apesar da medida ter aplicação ampla, a administração de Donald Trump decidiu preservar alguns dos principais produtos brasileiros vendidos ao mercado americano, especialmente aqueles considerados estratégicos para a economia dos EUA ou de difícil substituição.

Entre os produtos isentos da nova tarifa estão:

- café;
- carne bovina;
- laranjas;
- suco de laranja;
- petróleo e derivados;
- peças e componentes aeronáuticos;
- matérias-primas consideradas essenciais para a indústria americana;
- determinados minerais e metais estratégicos.

Segundo o Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR), também ficaram de fora itens que poderiam provocar desabastecimento interno ou aumento generalizado de preços caso fossem taxados.

O que será taxado

Embora o governo americano ainda não tenha divulgado uma lista simplificada dos produtos afetados, a medida alcança a maior parte das importações brasileiras que não se enquadram nas exceções previstas pelo USTR.

Entre os setores que tendem a ser mais impactados estão:

- produtos industrializados;
- máquinas e equipamentos;
- madeira e derivados;
- etanol brasileiro;
- manufaturados exportados para os Estados Unidos.

O próprio governo americano confirmou que o etanol permanece entre os produtos atingidos pela tarifa, já que a dificuldade de acesso desse combustível ao mercado brasileiro foi um dos principais argumentos utilizados na investigação comercial contra o Brasil.

Por que alguns produtos ficaram de fora

A exclusão de itens como café e carne bovina tem um motivo econômico. Os Estados Unidos dependem parcialmente das importações brasileiras desses produtos e uma tributação poderia pressionar a inflação doméstica, elevando preços para consumidores e empresas americanas.

O mesmo raciocínio foi aplicado a matérias-primas, fertilizantes, determinados minerais e componentes utilizados pela indústria americana, cuja oferta doméstica é considerada insuficiente.

Tarifa faz parte da investigação contra o Brasil

A medida foi adotada após uma investigação conduzida pelo USTR com base na Seção 301 da Lei de Comércio de 1974.

O governo Trump concluiu que o Brasil adota "práticas irrazoáveis" que restringem o comércio americano, citando políticas relacionadas ao comércio digital e aos serviços de pagamento eletrônico, onde se insere o PIX, além de questões envolvendo propriedade intelectual, combate à corrupção, acesso ao mercado de etanol, tarifas preferenciais e desmatamento ilegal.

Fonte: Congresso em Foco

MISOGINIA É CRIME!

APROVAÇÃO JÁ DO PL 896/2023.

RESPEITO NÃO TEM GÊNERO. BASTA DE ÓDIO!

NCST NOVA CENTRAL

EM DEFESA DAS MULHERES. POR IGUALDADE. POR DIREITOS.

O BRASIL PRECISA AVANÇAR. A CÂMARA PRECISA APROVAR.